

# Robbins e a Economia como Ciência da Ação Utilitária

ELEUTÉRIO F. S. PRADO

## Resumo

Lionel Robbins ficou conhecido principalmente por ter proposto, na década dos trinta, que a Economia deveria ser compreendida como esfera da ação utilitária. Assim, ele define a ciência não por seu objeto, o sistema econômico, e não pelo que o sistema produz, a riqueza, mas pela conduta intencional do agente econômico, este alocador de meios escassos entre fins alternativos. Examinando os seus argumentos, que se revelam ou dogmáticos ou circulares, procura-se mostrar que ele falha em seu propósito de fundamentar a teoria neoclássica. Sugere-se, em adição, que a comensuração subjetiva é uma ficção cuja origem lógica é a hipóstase e a subjetivação do gênero utilidade.

**Palavras-chave:** racionalidade, ação econômica, definição de Economia, metodologia da Economia, teoria neoclássica.

## Abstract

Lionel Robbins became known mainly because he has proposed, in the 30's, that Economics should be understood as a sphere of utility action. Thus, he defines the science not by its object, the economic system, nor by what the system produces, wealth, but by the intentional conduct of the economic agent, allocating scarce resources between alternative ends. Examining his arguments, that reveal themselves dogmatic or circular, we try to show that he fails in his purpose of founding neoclassical theory. We suggest, additionally, that subjective commensuration is a fiction which logical origin is the hypostasis and subjectivation of the utility as a genus.

**Key words:** rationality, economic action, definition of Economics, methodology of Economics, neoclassical theory.

---

*O autor é professor do Departamento de Economia da FEA-USP e pesquisador da FIPE.*

## Introdução

O objetivo do presente artigo é entender o significado atual do importante texto metodológico de Lionel Robbins, justamente considerado como um marco no evoluir da compreensão da Economia como ciência. Para tanto, será necessário apresentá-lo sob o pano de fundo do texto de John Stuart Mill, igualmente ou ainda mais importante, *Da Definição de Economia Política e do Método de Investigação Própria a Ela* (1974), publicado em 1836, quando ainda se impunham amplamente as idéias da Economia Clássica.

Aí, neste artigo memorável, o discípulo de Smith e Ricardo apresenta a Economia Política como a ciência que traça as leis psicológicas reguladoras da produção e da distribuição de riqueza, julgando que estas leis vêm a ser descobertas pelo método introspectivo, ou seja, *pela observação daquilo que passa por nossas mentes* (1974, p. 303), de um modo *a priori*. Por isso, o enfoque metodológico de Mill veio a se configurar como um apriorismo psicologista. A ciência que assim se constitui recorta o homem, de uma maneira propositalmente abstrata, como homem econômico, vale dizer, como um agente que executa ações racionalmente orientadas pela máxima acumulação de riqueza (formada, segundo ele, por todos os objetos úteis produzidos pelo trabalho humano). Em suas próprias palavras, a Economia Política considera o homem "*enquanto um ser que deseja possuir riqueza e que é capaz de julgar a eficácia comparativa dos meios para obter aquele fim*" (1974, p. 300). Bem, assim o considerava, pelo menos na primeira metade do século passado (PRADO, 1988, p. 69-85).

Quase cem anos depois de Mill, em 1932, Robbins publica *Um Ensaio sobre a Natureza e a Significância da Ciência Econômica* <sup>(1)</sup> (1969), em que o apriorismo assume claramente uma nova forma, aqui designada, na falta de alternativa melhor, de racionalista. Ele não afirma mais que se pode conhecer com certeza e *a priori* as leis psicológicas reguladoras da conduta humana, mas que se é capaz de reconhecer, de imediato, uma certa competência do indivíduo econômico: sua inerente capacidade de organizar meios para otimizar fins. E que se pode, assim, facilmente descobrir a necessidade lógica dos supostos fun-

---

(1) Ainda que Robbins seja um economista de formação anglo-americana, suas idéias metodológicas receberam influência da tradição austríaca de Economia Política (BLAUG, 1980, p. 87). As considerações deste estudo baseiam-se na segunda edição do livro de Robbins, publicada em 1935, com modificações em relação à primeira, de 1932.

damentais da teoria neoclássica, os quais passam a ser encarados, por isso, como irrecusáveis.

Fora-se o tempo em que a Economia Política interessava-se somente por aquelas mercadorias cuja quantidade pode ser acrescida por meio do labor humano. Agora, a Economia, como denominara Marshall a ciência <sup>(2)</sup>, importava-se com algo mais trivial e óbvio, simplesmente com os bens. A economia neoclássica, ademais, há alguns pares de anos atravessara o seu cinquentenário e já era hora de rever antigas posições com o fim de adequar as concepções metodológicas aos desenvolvimentos teóricos recentes. Robbins toma para si a tarefa de expor como os economistas melhor poderiam entender o que estavam fazendo e o faz de um modo inegavelmente marcante. Agora, assevera ele, depois de tanto progresso, *"não há mais qualquer fundamento para diferenças importantes de opinião nessas matérias"* (1969, p. xiv). Para suprimi-las, basta, como sempre, mais uma vez, esclarecê-las acredita.

Ele começa lamentando outra vez a falta de unanimidade, a subsistência do dissenso, a respeito do objeto (*subject-matter*) da Economia. Com o propósito de superar essa situação - que mancha, segundo ele, a reputação da ciência - preocupa-se em criticar uma então difundida definição de Economia. Esta era vista por muitos autores importantes que cita (Marshall, Cannan, Pareto etc.) como a área do conhecimento em que se investiga a conduta humana numa certa esfera da vida, ou seja, naquela em que o homem se volta para a obtenção dos "requisitos materiais do bem-estar" Ao invés de circunscrevê-la desse modo, que considera impróprio, propõe que a *"Economia é a ciência que estuda o comportamento humano como relação entre fins e meios escassos que têm usos alternativos"* (1969, p. 16), ou seja, como atividade alocativa em geral. Desloca assim, na busca do conceito formal da ciência, o foco da qualidade do objeto procurado para o mecanismo da conduta otimizadora. Este ardil, porque de um

---

(2) A razão para essa audaciosa e hoje vitoriosa proposta, Marshall deixou-a bem clara: *'ela é, portanto, uma ciência ao mesmo tempo pura e aplicada, mais do que uma ciência e uma arte. E é melhor, para designá-la, servir-se da expressão lata "Economia", do que da mais restrita "Economia Política"* (1982, p. 54). À medida que se atém à separação positivista entre formulações no indicativo e sentenças imperativas, entre leis e preceitos éticos (1982, p. 3), o nome antigo da ciência se lhe afigura impróprio, pois parece acentuar apenas o seu lado prático e normativo. Ao escrever os seus *Princípios de Economia* (1982), Marshall almejava intensamente produzir um estudo que servisse de *'guia na condução prática da vida, especialmente da vida social'*, mas imaginava que procurava, antes de tudo, *'o conhecimento por amor ao conhecimento'* (1982, p. 54).

ardil se trata, é preciso explicar. O esclarecimento do ponto requer, no entanto, uma volta de argumentos.

Antes de explicitar onde pretende Robbins chegar com sua rearranjada definição de Economia, é preciso perceber que, por meio dela, ele põe de início como objeto da ciência, de um modo amplo e genérico, a ação teleológica. E esta é aquela voltada para a realização de um propósito, dirigida por regras de procedimento e apoiada numa interpretação da situação-problema, que requer crucialmente uma opção entre cursos alternativos de ação (HABERMAS, 1987, p. 122). Sob certas condições, ademais, para que se configure como tal o mencionado **propósito**, os diversos fins têm de se encontrar resumidos em um fim último, de um modo quantitativo. É preciso perceber também que, nessa forma geral, ela pode englobar a ação econômica tal como pensada por Mill, ainda que este não seja, no entanto, como ficará claro, o interesse de Robbins.

Sem pretender revelar tudo neste momento, veja-se aqui que a busca da riqueza, diferentemente da ação utilitária, pressupõe que os objetos mediante os quais se alcança o fim último já se encontram, de algum modo, socialmente comensurados. Como se sabe, a riqueza para os clássicos era coisa material, valor de uso, valor de troca e/ou implicitamente pelo menos valor. Ricardo, por exemplo, denominara o valor que distinguira do valor de troca, de valor real ou valor absoluto, assumindo que este último era um atributo quantitativo (trabalho incorporado) comum a todas as mercadorias efetivamente trocáveis ou trocadas. Se da perspectiva clássica tratava-se, pois, de compreender o valor, a comensuração objetivamente dada, da perspectiva neoclássica tratar-se-á sempre de forjar um valor subjetivo que explique a formação dos preços e os próprios preços.

### **1. Justificativas da Nova Definição**

Mesmo sem ter consciência de que o **valor intrínseco** vem a ser apenas uma significação socialmente posta pelo funcionamento do sistema capitalista, Ricardo dele não fugira como o medo foge do perigo. Que importa! "*Why stop at Ricardo?*" - questiona valentemente Robbins (1969, p. 20). As teorias marginalistas que passaram a predominar põem agora o valor na subjetividade que deseja e na relação entre esta e a coisa desejada, denominando-o, quase sempre, por utilidade. Em conseqüência, a riqueza objetivada despojada de suas determinações sociais torna-se, nessa perspectiva, pura objetividade natural. E os

economistas como Marshall passam então a designar as coisas naturalísticas que resultam dessa operação do entendimento, e que agora não são para os agentes sociais nem valor de uso, por "causas materiais do bem-estar", "meios naturais de satisfação humana" e, assim por diante. Em consequência ainda, o valor de troca - dado pela relação quantitativa em que os bens se trocam - passa a ser explicado pela razão das utilidades marginais, no interior de uma teoria que se vê como teoria da escolha racional. Isto é, passa a ser explicado por algo que está supostamente na cabeça dos homens e cuja concepção, na verdade, pressupõe a própria relação quantitativa de troca.

Robbins, no intuito de sacrificá-la, chama pejorativamente a noção marshalliana de riqueza de materialista e sugere que ela exclui, arranhando o absurdo, "*os serviços dos cantores de ópera*", tudo enfim que "*perece no momento de sua produção*" (1969, p. 9), que permanece intangível mas ainda assim é desejado e consumido. O qualificativo "material", no entanto, claramente fora escolhido por Marshall para apontar ainda o objeto típico, devidamente depurado de seus significados sociais objetivados, da ação dita econômica. O termo que emprega, é preciso registrar, pode obviamente subsumir os chamados serviços, ao contrário do que sugere Robbins, que o toma numa acepção comum, mas particular. Na verdade, o primeiro autor, buscando melhor circunscrever o objeto da Economia, conceitua riqueza como tudo o que é útil para o homem, apropriável por ele e que "tem medida em dinheiro", uma medida, segundo Marshall, que representa tanto o esforço e o sacrifício (trabalho subjetivamente considerado) para produzir a coisa que vem a ser riqueza quanto a satisfação de consumi-la (1982, p. 65-71). Ainda preso, talvez, à tradição, o pioneiro neoclássico não quer afastar em demasia o interesse da ciência pela produção da riqueza, ainda que o seu consumo apareça para ele, tanto quanto para os marginalistas em geral, em primeiro plano.

De qualquer sorte, tal noção de riqueza, severamente empobrecida em relação à sua significação original, traz - como se sabe - alguns problemas. Nem todos os bens, como o ar e a brisa, adquirem valor de troca, ainda que sejam de fato bons para o homem. Esta dificuldade fora já resolvida pela exclusão dos chamados bens livres do âmbito da teoria econômica, ou seja, daquelas coisas úteis cuja disponibilidade efetiva para consumo supera, em muito, qualquer demanda corrente<sup>(3)</sup>. Porém, uma outra subsistira: nem sempre os bens,

---

(3) É possível argumentar que o ar, por exemplo, não é um bem e que não há sentido, portanto, em considerá-lo útil ou inútil. Já que não se deseja e não se procura o ar, mas simplesmente se o respira.

como as armas de guerra, por exemplo, são bons e se pode deles dizer que concorrem para o bem-estar humano, ainda que tenham mercado e recebam preço. A estes, no entanto, não era razoável eliminar, ainda que isto tenha sido aparentemente proposto por certos autores; *"como a guerra"* - menciona Robbins, criticando Cannan - *"não é causa material de bem-estar, a guerra [para ele] não pode ser objeto da Economia"* (1969, p. 7). Frente a isso, restou a alternativa de depurar a noção usual de bem, despindo-a de seu caráter axiológico - e isto a ciência positiva acha que sabe como fazer. Robbins sugere que em Economia deve-se considerá-los com total indiferença, ou seja, apenas como meios que possibilitam os fins humanos serem atingidos. Sugere, ademais, que a Economia deve ser também *"inteiramente neutra entre os fins"* (1969, p. 24), quaisquer que eles sejam.

O economista esforça-se para pôr o conhecimento econômico, aquele que considera como verdadeiro, a salvo dos valores emergentes na vida social. *"Entre as generalizações dos estudos positivos e normativos"* - declara, invocando a autoridade da guilhotina humana - *"há um abismo lógico ... que nenhuma ponte, no tempo e no espaço, pode juntar"* (1969, p. 148). Porém, isto não impede que, situando-se de um lado do abissal, possa-se apreender, com objetividade, o que está do outro; aqueles que se encontram no lado da ciência pura podem observar tranqüilamente a esfera mundana em que, em efetivo, decidem-se as finalidades e se articulam os meios para alcançá-las. Podem, ademais, fazê-lo com isenção, tomando os valores que orientam os decisores reais, e que se cristalizam em seus fins, como fatos. Robbins, seguindo os passos de Max Weber, acrescenta que a Economia nada tem a dizer sobre as divergências a respeito de fins, pois que se assentam em discrepâncias sobre o bom, o justo, o útil etc. Se estas, porém, são dirimidas e os fins encontram-se acordados, mas subsistem discordâncias sobre os meios, então - e somente então - *"a análise científica pode freqüentemente ajudar a resolver as diferenças"* (1969, p. 150).

Tal neutralidade, no entanto, quando bem examinada, não se revela neutra. Entre os fins que movem os indivíduos sociais, enquanto proprietários privados capitalistas, não estaria principalmente o dinheiro pelo dinheiro, o crescimento sem fim da riqueza? Se assim fosse, no entanto, isto não daria razão aos economistas clássicos, no modo pelo qual interpretaram o mundo da concorrência capitalista? Para Robbins, tal idéia não emerge de uma justa apreensão da realidade social significativa, mas advém de uma compreensão errônea sobre o significado do termo dinheiro. Este, entendido corretamente - segundo ele - apenas é moeda, ou seja, meio de troca e instrumento de cálculo.

*Money-making* por isso, como explica, nunca vem a ser verdadeiramente um objetivo em si mesmo na sociedade mercantil. Vendo tudo da perspectiva do consumo, conclui que "*a moeda é claramente um meio para ultimar uma compra*" (1969, p. 31). Vem a ser sempre um elo entre uma venda e uma aquisição de mercadorias; nunca se torna, portanto, um meio transiente privilegiado de acumulação<sup>(4)</sup>.

Mudando a perspectiva da economia neoclássica, Robbins prefere substituir o bem-estar - o qual, por sua vez, substituíra a riqueza como tal - pelos fins como horizonte da atividade econômica, os quais parecem muito menos comprometidos e mais gerais. Para tanto, porém, tornou-se necessário centrar a definição da ciência na "mecânica" da conduta racional que estava, de fato, contida nas concepções formuladas anteriormente e que tem efetivamente um papel avassalador no funcionamento do capitalismo. A relevância possível da teoria está ligada a essa circunstância, porém a Economia, nos termos de Robbins, busca legitimar-se pela generalidade<sup>(5)</sup>. Há um problema econômico, por exemplo, quando Robinson Crusóé, este individualista solitário, tem de escolher como distribuir o seu precioso tempo (meio escasso) entre plantar batatas e estudar filosofia (fins alternativos). Ainda que tenha especial interesse no entendimento das "*complicações da economia de troca*" (1969, p. 18), a teoria econômica, assim concebida, pode ser usada, segundo ele, para compreender certos problemas tanto numa comunidade de sibaritas quanto num grupo social formado por ascetas, para não dizer no escravismo, no feudalismo, no comunismo etc.

Nessa perspectiva, a Economia Política aparece como Economia, uma ciência positiva que explica a escolha racional e que fornece, também, uma base sólida para a política econômica. Nas palavras de Robbins, ela, nesse sentido, "*fornece uma técnica da ação racional*" (1969, p. 157). O seu papel consiste em iluminar as condições da escolha econômica. Pois provê, conforme ele, inteiramente descomprometida com valores, uma base de decisão que obri-

---

(4) Para quem olha a sociedade capitalista sob a ótica do consumo, tudo, como num filme de Hollywood, parece melhor. Até o abominável caricatural encontra-se presente para valorizar o bom individualista: "*somente o avaro*" diz Robbins "*essa monstruosidade psicológica, deseja uma infinita acumulação de dinheiro*" (1969, p. 31).

(5) Ademais, a substituição da riqueza pelos fins permite o velamento de um certo egoísmo que os clássicos atribuíram ao homem econômico, ou seja, ao proprietário privado: "*Quando eu compro pão*" - diz Robbins "*posso estar interessado somente na comparação entre pão e as outras coisas existentes na esfera de troca na qual tenho de gastar o meu dinheiro. Porém, eu poderia estar interessado também na felicidade do meu padeiro*" (1969, p. 95).

ga a prestar atenção às implicações das alternativas existentes (1969, p. 152). A racionalidade teleológica e os saberes instrumental e estratégico assim se revelam, no entanto, como valores.

## 2. Supostos da Ação Utilitária

Porém, quais são os supostos dessa conduta racional que se constitui como a matéria primordial da Economia e que tanto encanta alguns economistas que, na esfera da ciência social, julgam-se isentos? Aparentemente, trata-se apenas de algo trivial e evidente. Os homens vivem irremediavelmente num mundo governado pela necessidade, em que os fins são múltiplos e os recursos são escassos, em que nem tudo o que é *good* é *free good*. Pois, diz Robbins, "*a escassez de meios para satisfazer fins de importância variada é uma quase ubíqua condição do comportamento humano*" (1969, p. 15). Nesse mundo, torna-se necessário e mesmo inevitável fazer escolhas ou, mais propriamente, escolhas maximizadoras. Dito de outro modo, é preciso contentar-se de fato com um melhor possível que fica sempre aquém do desejável. Aí, supostamente, aplicam-se as lições da Economia, as quais mostram as condições que devem ser satisfeitas para que um ótimo seja obtido condições estas, obviamente, que a economia pura de troca, segundo os teoremas de Walras e de outros, satisfaz inteiramente. Entretanto, é necessário examinar mais a fundo o que vem depois dessas evidências triviais.

Primeiro, a escassez não é, como não poderia ser, uma condição própria da esfera em que vive o homem, independente dele. Tal qualidade - explica Robbins, sem que dele seja possível discordar neste ponto - não vem a ser uma característica das coisas enquanto tais. "*Ela significa limitação em relação à demanda*" (1969, p. 46). Somente o que é útil, mas cuja procura não pode ser inteiramente atendida em dado momento, pode ser escasso nesse preciso momento. Ela pressupõe, portanto, que os meios disponíveis não bastem para atender os fins existentes e que estes permanecem, em consequência, em parte insatisfeitos. Porém, a limitação dos meios por si mesma não distingue o que se define como fenômeno econômico. É preciso que tenham eles também usos alternativos. Contudo, isto também não é suficiente, segundo Robbins, para caracterizar o problema que a Economia põe para si e que supostamente resolve. É preciso, em adição, que seja possível colocar o problema da escolha como



um problema de decisão racional, cuja solução decorre da maximização de algo bem determinado sob condições determinadas.

Para tanto, é necessário supor que os indivíduos ordenam coleções de bens - os quais propiciam a consecução de fins diversos - por meio de relações de preferência fundadas em valorações mentais. Cada agente econômico, assim considerado, é capaz de definir para si mesmo o que é mais, menos ou igualmente útil, ainda que não saiba quanto mais ou quanto menos. Em consequência, considerados dois conjuntos quaisquer de bens, A e B, para cada um desses indivíduos, sempre, ou A é melhor, ou igual ou pior do que B; em princípio, independentemente de se uma escolha vem a ser feita ou se é mesmo possível. Se a ordenação que assim se configura obedece também a outras propriedades esotéricas que a teoria do equilíbrio geral zelosamente prescreve - insaciabilidade por todos e cada um dos bens, transitividade na ordem das preferências etc. - , tem-se, então, todos os elementos que levam à formulação neoclássica do problema da lógica da escolha, por meio da qual os preços são explicados. Pouco importa quem aqui é designado por indivíduo. Qualquer um que valoriza possui certas coisas e carece de outras, seja lá quem for, sibarita, asceta, burguês ou comunista, se valoriza adequadamente é também um agente maximizador, no sentido que a teoria em questão lhe dá.

O problema formulado é geral e já implica a própria solução; em particular, implica uma teoria sobre o modo como os preços são determinados numa economia mercantil. *"Cada indivíduo que entra no mercado"* - diz Robbins *"deve ser concebido como tendo uma escala de avaliações relativas"* (1969, p. 55), a qual está inscrita em sua ordenação pessoal de preferências. Aí ele procura trocar uns bens por outros visando maximizar, ou seja, atingir o melhor estado de satisfação possível. *"Dada uma distribuição inicial de recursos ..."* - diz Robbins, ignorando por simplicidade a produção - *"a interação do mercado faz com que estas escalas individuais e a escala do mercado, expressa nos preços relativos, entrem em harmonia umas com as outras"* (1969, p. 55). O preço é objetivo, mas resulta da coincidência de avaliações subjetivas. Se não é isto o que acontece exatamente na realidade, é o que aí acontece em primeira aproximação. Fica claro, no entanto, que a conduta racional, problema econômico por excelência e fonte de universalidade da teoria neoclássica, segundo Robbins,

pressupõe a teoria do valor subjetivo <sup>(6)</sup> e depende de que esta venha a ser verdadeira.

Robbins também escreve, por isso, como muitos outros autores, que as proposições mais fundamentais da análise econômica constituem-se naquelas que formam o núcleo da teoria do valor. Dentre os principais postulados da teoria econômica - assevera ele - encontram-se certas premissas que "*envolvem de algum modo simples e indiscutíveis fatos da experiência*" (1969, p. 78). Estas se mostram, por si mesmas, no mundo da realidade e se constituem, segundo ele, em condições necessárias para que exista a própria atividade econômica. "*O principal postulado da teoria do valor é o fato de que os indivíduos podem arranjar suas preferências em uma certa ordem e que, de fato, o fazem*" (1969, p. 78-79). É preciso prestar atenção ao que se diz aqui, porque não se diz pouca coisa. Afirma Robbins, sem meias palavras e de modo categórico, que se Adão, Eva, Lionel etc. escolhem, revelando no mercado aquilo que desejam, pode-se inferir daí a existência de mapas de preferência em suas cabeças racionais. O seu texto sugere, ainda, que esse é um fato demonstrado pela experiência do cotidiano. Ele supõe, assim, que a escolha no mercado - em si, verdadeiramente, um fato comum da experiência - requer previamente a ordenação subjetiva das coisas visadas, ou seja, que uma certa valoração mental que as hierarquiza é efetivamente anterior à escolha. Naquilo que de mais importante a Economia explica "*a principal premissa subjacente é a premissa dos esquemas de avaliação dos sujeitos econômicos*" (ROBBINS, 1969, p. 76).

### 3. Fundamentos da Avaliação Subjetiva

Ele sabe, no entanto, que há uma dificuldade em seu argumento, pois a "*valoração é um processo subjetivo*" (1969, p. 87), o qual não pode ser obser-

---

(6) É preciso notar nesse ponto que, segundo Robbins, o valor deve ser visto como relação de troca e não como medida (1969, p. 56). Ele se baseia na versão da teoria neoclássica que postula uma natureza ordinal para as valorações subjetivas, as quais se configuram em mapas de preferência. Por isso, a expressão teoria do valor subjetivo significa em verdade aqui teoria do "preço" subjetivo. Este "preço", que também poderia ser denominado de "valor de troca subjetivo" recebe, como se sabe, o nome técnico de taxa marginal de substituição. No modelo de dois bens, a expressão indica a inclinação cambiante, ponto a ponto, das curvas de indiferença. Tais taxas de troca ou avaliações de proporção de troca são vistas como preços virtuais. Quando ocorre uma suposta coincidência das taxas de substituição dos consumidores que participam do mercado coincidência esta de que eles não suspeitam enquanto tais - esta produz supostamente o preço que se fixa no mercado e no qual os bens são eventualmente trocados.

vado do mesmo modo que se observa o equilíbrio dos pratos de uma balança. A dificuldade parece-lhe de pouca monta, no entanto: *"nossas crenças não se apóiam em resultados de experimentos controlados"*, não advém também de generalização ou de indução sobre fatos históricos ou observados, segundo ele (1969, p. 74). Para explicar a conduta econômica no mercado e o que dela resulta não há outra forma senão recorrer ao elemento subjetivo. Se a Economia considera os preços observados como seu objeto, *"será de fato impossível explicá-los a menos que invoquemos elementos de natureza psíquica ou psicológica"* (1969, p. 88). Esses, desse modo concebidos, passam a expressar então a escassez relativa de bens ou, em outras palavras, avaliações marginais dos agentes econômicos. Porém, como sabê-lo? Não há outro modo senão admitir que *"nós, de fato, entendemos termos tais como escolha, indiferença, preferência e semelhantes com base em nossa experiência interior (inner experience)"* (1969, p. 87-88), ou ainda, que conhecemos tais significados por cognição imediata (*immediate acquaintance*).

Os princípios fundantes da economia neoclássica não são, portanto, apenas formais, mas refletem a realidade. Como são pontos de partida verdadeiros, isto também ocorre com as conclusões deles derivadas. *"Estas são proposições deduzidas de premissas simples que refletem fatos elementares da experiência geral"* (1969, p. 104). Obtidas pelo conhecimento do imediato psicológico, não podem, porém, ser refutadas pela experiência, ou seja, pela relação do sujeito cognoscitivo com a própria imediatidade. Os economistas, que sempre desejam interpretar a realidade, possuem, assim, um guia seguro para nela enveredar. Atendo-se a esses princípios, eles estarão seguros no intricado dos fatos. Os resultados da teoria econômica, no entanto, podem se verificar ou não nas situações concretas examinadas. *"A verdade da dedução ... depende, como sempre, de sua consistência lógica. Sua aplicabilidade para a interpretação de uma situação particular qualquer depende da existência nesta situação dos elementos postulados"* (1969, p. 79). A observação empírica, por isso, tem também a sua utilidade. Os economistas não podem desprezar tal experiência: esta lhes apresentará tanto os problemas que demandam explicação quanto as condições particulares em que se aplicam os resultados teóricos verdadeiros, conquistas iniludíveis do autoconhecimento.

Tão enorme pretensão cognitiva não poderia ter como contrapartida uma acolhida serena e um tratamento interessado das críticas e dos críticos. Enquanto as proposições básicas da teoria neoclássica são absolutamente verdadeiras,

as que expressam dúvidas ou que apontam um erro não passam de ataques políticos daqueles que pretendem violar, na política econômica, as leis irrecusáveis da ciência econômica. Ele rejeita com irritação que os supostos principais da teoria neoclássica possam ser histórico-relativos; *"ninguém questionará realmente"* - protesta *"a aplicabilidade universal de supostos tais como o da existência de escalas de valoração relativa"* (1969, p. 81).

Para Robbins, o principal suposto da teoria neoclássica está ancorado, nota-se, na natureza racional do homem. Ele também, no fundo, dá um fundamento antropológico último à teoria. Parece-lhe ineludível que a comensuração generalizada das coisas trocáveis é uma competência inerente à cabeça humana. Mas, alto lá. Isto, porém, não exige que se assuma demais; não implica que se aceite um compromisso arriscado com qualquer teoria psicológica particular. A teoria econômica não se interessa pelo modo de funcionar da mente individual. Não quer saber como ela chega a avaliar, bastando-lhe a certeza de que avalia de algum modo. Em particular, não requer qualquer compromisso com o hedonismo, na verdade um compromisso antigo que fora já desatado, na passagem do século, por Böhm-Bawerk (1986, p. 202-212). Para a Economia, que viceja no campo do pensamento exato, o homem é apenas um ser avaliador; não deveria e não poderia, por isso, ser condenada por concebê-lo como uma máquina movida pela busca do prazer e pela fuga da dor.

A Economia, ademais, também não assume reitera - que o homem é um ser preocupado em acumular dinheiro, orientado pelo interesse próprio. O homem para a Economia é apenas o ser que procura alcançar os seus fins e sabe, até certo ponto, como alcançá-los, agindo intencionalmente, consistentemente, racionalmente - até certo ponto. Para ela, portanto, *"os sujeitos econômicos podem ser egoístas puros, altruístas puros, ascetas puros, sensualistas puros ou - o que é mais provável - um misto de todos estes impulsos"* (1969, p. 95). Quando ela alguma vez emprega a noção de *homo oeconomicus*, trata-se não mais do que de um recurso puramente analítico, uma primeira aproximação que é posta apenas para ser logo mais superada. Pois de antemão se sabe que *"o homem de negócio [real] é um cidadão muito mais complicado"* (1969, p. 97).

Como se nota, entre a época do jovem Mill e os tempos de Robbins, o homem econômico muda de profissão: sai da esfera da produção onde a finalidade do processo é obter mais riqueza, mais dinheiro, mais capital, e se desloca para a esfera da circulação onde o fim são os bens. A abstração que o punha co-

mo maximizador de riqueza pressupunha-o como função da riqueza, do capital em última análise <sup>(7)</sup>. Este seu significado se esvai à medida mesmo que o esforço do intelecto apaga na teoria econômica os traços daquilo que o homem de negócios mais ignorante chama de "meu capital" e que ora é instalação, ora é máquina, ora folha de pagamento, ora é dinheiro e assim por diante. No mesmo movimento em que se renuncia a conceber o homem como função da acumulação, renuncia-se também a pensá-lo, no capitalismo, como capitalista.

#### 4. Um Círculo Vicioso e o Vício de Base

Apesar disso, Robbins encontra-se, em certa medida, na tradição metodológica iniciada por Mill: ambos são fundamentalistas. Ele passa do fato da escolha para a preexistência na mente de uma ordenação das preferências e este trânsito é fundamental. O modo pelo qual a passagem é concebida pode variar e, de fato, varia em certa medida entre os autores neoclássicos. O fato importante é que ela, implícita ou explicitamente, é feita. Pois se trata do ato analítico constitutivo da teoria: buscar premissas gerais das quais se possa deduzir conclusões explicativas dos fatos analisados. Encontradas estas premissas, torna-se agora necessário encontrar justificações independentes para elas: o apriorismo cumpre então o seu papel, resolvendo a questão de uma vez por todas. Segundo Robbins, consultando a própria subjetividade fica-se sabendo que os indivíduos, dentro de suas mentes, são capazes de avaliar - ou seja, estabelecer proporções de troca subjetivas - bens heterogêneos independentemente dos preços. Será? Para alguns, pelo menos, tal conduta otimizada do agente econômico requer um fundamento que se afigura, tal como os meios concretos que satisfazem fins alternativos, escasso.

Há um indício, no entanto, de que o próprio Robbins não se encontra tão seguro, quanto à primeira vista parece, da existência de tais esquemas individuais de avaliação. Diz, é certo, que tal passagem se dá por *immediate acquaintance*, sugerindo o que já por si soa inverídico que ela é válida porque se funda na *inner experience*. Contudo, ele procura ainda um resseguro para as suas evidências triviais e, por isso, apela para uma outra forma de justificar a

---

(7) No artigo "Stuart Mill e o Homem Econômico Ir-razional" esta tese é apresentada extensivamente (PRADO, 1976).

teoria do valor subjetivo. E esta não difere, sob o aspecto lógico, de outra tentativa memorável de argumentar em favor da teoria neoclássica.

Böhm-Bawerk, contra aqueles que punham em dúvida a possibilidade de mensuração subjetiva <sup>(8)</sup>, fornece um extenso argumento que vale a pena examinar detidamente. "*Se nossas necessidades*" - diz ele na "*Teoria Positiva do Capital*" (1986) - "*fossem totalmente incomensuráveis, seria simplesmente impossível qualquer administração econômica*", entendendo ele, por este último termo, da perspectiva individual, "*visar a máxima utilidade com o mínimo de sacrifícios*" "*Ora, como seria isso possível ...*" - continua - "*se simplesmente não tivéssemos a possibilidade de comparar nossas necessidades, desejos e sentimentos com base num critério comum, se não pudéssemos reduzi-los a um denominador comum ...*" (1986, p. 213). Ele trata, assim, desde o início, tal como Robbins, a escolha como um problema de otimização. Partindo daí, de que a escolha deve e só pode ser concebida como resultante de um algoritmo interior de maximização, ele infere, em seqüência, a irrecusável necessidade da comensuração subjetiva. Böhm-Bawerk, no entanto, não apela aqui para uma inencontrável experiência interior. Ele conclui de modo direto: "*o simples fato de administrarmos [isto é, adotarmos decisões práticas, optarmos por isto ou aquilo] é a melhor prova de que não é absolutamente impossível determinar a grandeza de nossos sentimentos*" (1986, p. 214).

O argumento, no entanto, por mais sedutor que possa parecer, é simplesmente circular. Ele pressupõe o que quer demonstrar, pois é justamente a mensuração subjetiva que torna possível pensar - no âmbito de sua teoria - a escolha mercantil como ato de decisão racional utilitária, como intenção maximizadora de utilidade. Logo, esta não pode evidenciar aquela. Dito de outro modo, ela a medida da satisfação - é uma premissa da teoria do comportamento do consumidor como comportamento racional e, portanto, este último, assim interpretado, não pode ser invocado para prová-la.

Isto ainda pode ser visto de outro modo, agora já na esfera da moderna teoria neoclássica e tendo em vista o que diz Robbins. A ordenação subjetiva de preferências situa-se no ponto de partida da explicação da conduta econômica enquanto tal; justificar tal ordenação, portanto, por meio de um argumento que

---

(8) Böhm-Bawerk, ao contrário de Robbins, admitia ainda que a utilidade era uma medida e que, por isso, expressava-se cardinalmente. Como se sabe, a partir de certo ponto na história, os economistas neoclássicos tornaram-se generalizadamente ordinalistas. Porém, uma questão subsistiu sempre: a ordenação não pressupõe a mensuração?

apela para a necessidade, em última análise, de explicar a conduta econômica como função alocativa de recursos escassos que busca maximizar utilidade, é cair simplesmente em circularidade. É o que faz Robbins, ainda que recorra mais a uma misteriosa intuição, em certos momentos. Não só o faz, como expressamente o diz: *"a premissa dos esquemas de avaliação dos diferentes sujeitos econômicos ... vem a ser realmente uma premissa de uma das condições que deve estar presente para que haja, enfim, atividade econômica"* (1969, p. 76).

Sobre essa insólita solidez pretendeu Robbins que se assentava firmemente todo o edifício da teoria econômica moderna. Sem dúvida alguma, é preciso considerar tudo o que diz como verdades evidentes que se devem aceitar sem contestações! Não poderia ser de outro modo, pareceu-lhe provavelmente, pois, como já dissera Böhm-Bawerk, uma teoria econômica que não fundasse uma teoria do valor subjetivo estaria suspensa no ar. Porém, quando se examinam bem os argumentos de Robbins o que parece ficar em suspenso no ar é a própria teoria do valor subjetivo.

O tom dogmático do escrito de Robbins, principalmente quando se trata de justificar a avaliação subjetiva, é sintomático. Ele não apela simplesmente à experiência interior, ele apela a uma experiência interior por meio da qual a subjetividade se liga na própria subjetividade, propiciando assim um conhecimento direto, imediato e certo dos "conteúdos mentais" aí residentes.

Um importante texto recém-publicado, que questiona o sentido das concepções neoclássicas em face das conclusões do último Wittgenstein, pode ser aqui chamado. Segundo Davis, seu autor, na perspectiva desse filósofo, os objetos do mundo não são inteligíveis em si mesmos, independentemente da conceituação engendrada na atividade social. Conceituação esta que se refere tanto ao mundo natural como ao mundo subjetivo e que se encontra inscrita em jogos de linguagem. À medida que não há acesso imediato à subjetividade e que esse acesso se dá, necessariamente, por meio da linguagem, uma instituição social e pública, a idéia neoclássica da existência de estruturas pessoais de preferências, independentes entre si, torna-se absurda. *"A formação de preferências individuais"* - diz ele - *"é necessariamente uma atividade intersubjetiva, não privada"* (1988, p. 35). E daí, conclui, por exemplo: *"dizer que a formação de preferências é exógena à determinação dos preços ... é, no melhor dos casos, assumir como provado de início o que se quer provar (begs the question at issue)"* (1988, p. 35).

Logo, não pode ser verdade que "nós, de fato, entendemos termos tais como escolha, indiferença, preferência e semelhantes com base em nossa experiência interior" (1969, p. 87-88). Estes termos são compreendidos, ao contrário, com base em "nossa experiência exterior", uma experiência que se dá no mundo sociocultural onde vicejam os "jogos de linguagem". É aí e só aí, no espaço da intersubjetividade mediada lingüisticamente, que algo como uma comensuração em termos de utilidade encontra (ou não) sentido, podendo ser assim (ou não) justificada. Encontra? Uma envergonhada e persistente busca de refúgio na abordagem que recorre unicamente à estrutura de preferência (criticada no parágrafo anterior) e que se exime de explicar como estas preferências se constituem, não é uma prova de que os próprios neoclássicos mantêm sérias dúvidas sobre a significação "utilidade"? Talvez agora eles estejam dispostos a concordar que "utilidade" nada mais é do que a hipóstase do gênero utilidade.

### Referências Bibliográficas

- BÖHM-BAWERK, E. *Teoria positiva do capital*, vol. 1. Coleção Os Economistas. São Paulo, Nova Cultural, 1986.
- DAVIS, J. B. Sraffa. Wittgenstein and neoclassical economics. *Cambridge Journal of Economics*, 12: 29-36, 1988.
- HABERMAS, J. *Teoria de la acción comunicativa - racionalidad de la acción y racionalización social*. Madrid, Taurus, 1987.
- MARSHALL, A. *Princípios de economia - tratado introdutório*. Coleção Os Economistas. São Paulo, Abril Cultural, 1982.
- PRADO, E. F. S. Stuart Mill e o homem econômico ir-racional. In: BIANCHI, Ana Maria (org.). *Questões de método na ciência econômica*. São Paulo, IPE-USP, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Um estudo sobre a compreensão da economia como ciência*. Tese de Livre-Docência. São Paulo, FEA-USP, 1989.
- STUART MILL, J. Da definição de economia política e do método de investigação própria a ela. In: *Bentham, Stuart Mill*. Coleção Os Pensadores, São Paulo, Abril Cultural, 1974.
- ROBBINS, L. *An essay on the nature and significance of economic science*. Londres, MacMillan Press, 1969.